**A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: APRENDIZAGEM DA DEMOCRACIA NA ESCOLA**

Bethânia Bittencourt – Universidade Federal de Lavras/UFLA

Resumo

O presente estudo aborda o projeto político pedagógico como instrumento de participação coletiva, protagonismo e aprendizagem da democracia nas escolas públicas brasileiras. Para isso, recorre ao plano das orientações (LIMA, 2014) e às autoras da literatura no assunto (VEIGA, 2004; FERNÁNDEZ, 2015) para discutir o projeto político pedagógico nesta finalidade. Além das possibilidades deste pilar de gestão democrática na escola, são apontados limitações e obstáculos que reduzem o seu potencial democrático.

Palavras Chaves: Gestão Democrática; Democracia na Escola Pública; Gestão Escolar.

 As aprendizagens na escola constituem ampla seara de possibilidades, para além dos objetos de conhecimento e habilidades previstos no âmbito curricular. Estar na escola importa em estar e circular entre coletivos, na chamada comunidade escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n° 9394/1996 (LDB) (BRASIL, 1996) defende, no artigo 2°, que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Para este estudo, dedicam-se os esforços para explorar e aprofundar o exercício da cidadania da e na escola pública, especificamente acerca da construção do projeto político-pedagógico.

 No plano das orientações (LIMA, 2014) que implica naquele onde se encontram as regras escritas, a LDB aponta dois pilares de sustentação da gestão democrática na escola: a participação da comunidade escolar nos conselhos escolares e a elaboração do projeto político-pedagógico pelos profissionais da educação. O Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei n° 13.005/2014 (PNE) (BRASIL, 2014) menciona na meta 19, dedicada à gestão democrática, que a estratégia 19.6 importa em estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e alunas e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógico.

 Objetiva-se com esta pesquisa qualitativa bibliográfica trazer elementos concernentes ao projeto político-pedagógico enquanto instrumento e processo de democracia da e na escola pública, de modo a apontar as possibilidades e limitações no sentido de contribuir com estudantes, pesquisadores e profissionais da educação na formulação do projeto, bem como ampliar a discussão do tema para a pesquisa educacional.

 Veiga (2004) afirma que o projeto político-pedagógico é a própria organização do trabalho pedagógico da escola, instrumento de luta e contraponto à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração geral. A formulação de um projeto político-pedagógico envolve a participação ativa e efetiva dos sujeitos que compõem os diferentes coletivos da escola - professores, estudantes, profissionais dos setores administrativo e de apoio, pais e responsáveis – que concebem quais perspectivas são cruciais para a instituição, quais são os problemas e questões a serem superados, as necessidades, carências e problemáticas a fim de traçarem quais as estratégias e metas mais viáveis a serem executadas em curto, médio e longo prazo, avaliando no decorrer do processo o andamento. Trata-se, desta forma, da própria identidade particular de cada escola, uma espécie de chancela daquilo que ela pretende ser e é. É o que entende ser hoje, no presente, mas com possibilidade de ser outra no futuro, a depender das características, possibilidades e obstáculos que possui e que pretende fortalecer ou superar. Portanto, o projeto político-pedagógico é o guia, a orientação e o rumo para onde os sujeitos da escola definem apontar, com base em um diagnóstico claro e preciso.

 Para Veiga (2004), o projeto político pedagógico é um documento e um movimento participativo que, enquanto o primeiro, não se reduz à dimensão pedagógica nem ao conjunto de projeto realizados e planos isolados de cada professor e, quanto ao segundo, é refletor da realidade e norteador da ação educativa da escola em sua totalidade. Nesse sentido, coaduna-se o que Veiga (2004) aponta como movimento participativo ao situarmos o projeto político-pedagógico em uma compreensão como processo de gestão democrática, ao considerarmos que quanto a este princípio constitucional há espaços e processos na escola pública, componentes essenciais para a promoção da democracia dentro do ambiente escolar. Os espaços de gestão democrática referem-se a colegiados que, pela sua natureza, constituem *lócus* permanentes de práticas democráticas e de democratização da escola. Exemplos de tais espaços incluem conselhos escolares, conselhos de classe, e associações de pais e professores. Por outro lado, os processos de gestão democrática são aqueles que ocorrem periodicamente, como a eleição de diretores escolares e a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico.

Ainda conforme Veiga (2004), a formulação exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como explicitação do seu papel social, o que demanda esforço coletivo de todos os coletivos institucionais. Para além de construir o seu projeto político- -pedagógico, a escola e seus atores e tem autonomia para acompanhá-lo, executá-lo e avaliá-lo, porque precisa demarcar presença no horizonte destes atores e por não representar um fim em si mesmo, que carece de constante vigilância tal qual a democracia na escola, de natureza processual que não está dada ou garantida, mas que admite avanços, recuos e estagnações e exige permanente e recorrente vigilância (BITTENCOURT, 2023).

O projeto político-pedagógico, nesta discussão, assume a posição de potenciais instrumento e processo de gestão democrática e compartilhada na escola, seja na ação diagnóstica coletiva, na decisão compartilhada das metas importantes e que fazem sentido para a escola e seus prazos, na escrita, no acompanhamento e na revisão do documento. Ainda, oportuniza o protagonismo dos sujeitos da escola ao contraírem funções na formulação do projeto e seus desdobramentos e, para mais, a aprendizagem da democracia em uma instituição do Estado que pode ser considerada a mais capilarizada na complexidade do cenário múltiplo de municípios brasileiros. Compreende-se, para os efeitos deste estudo, que a democracia deve ser exercida cotidianamente, e não de forma esporádica em eleições para os Poderes Executivo e Legislativo.

 Embora observemos potencialidades e possibilidades no projeto político--pedagógico, há de se pôr em relevo que nem sempre tem protagonismo nas escolas. Sobre isso, Fernández (2015) assinala:

Venho constatando essas evidências por meio de diversas pesquisas, nos relatórios de estágio dos estudantes da disciplina *prática em política e administração educacional*, que leciono na UFRJ desde 2010, assim como nos relatos dos diretores e coordenadores pedagógicos participantes dos cursos de extensão e especialização nos quais venho lecionando. Quando indagados sobre os *projetos político-pedagógicos* (PPP), as respostas variam de um já “clássico”“está em construção”, para alternativas do tipo: “é muito difícil, porque não temos tempo para fazê-lo”, “eu e a coordenadora pedagógica procuramos revisá-lo a cada final de ano”, “a prefeitura envia vários projetos para que a escola escolha qual irá desenvolver”, “estamos realizando enquetes para termos subsídios suficientes, porque ele já tem mais de *x* anos”, frases que nos mostram a diversidade de situações e contingências quando se trata do famoso PPP.

 Ademais, Fernández (2015) aponta problemas nos dois âmbitos que qualificam os projetos políticos pedagógicos. Quanto ao pedagógico, a autora alerta para temas geradores decolados da realidade da instituição escolar e ao menos três problemas políticos: 1) os projetos feitos a uma única mão, geralmente da direção escolar; 2) projetos setoriais, feitos por um grupo e apartados dos coletivos, nesse caso, muitas vezes feitos pela equipe de gestão e 3) projetos copiados da *internet* e de outras fontes, sem participação dos atores escolares.

 Por fim, ainda que o PNE tenha considerado o projeto político-pedagógico na estratégia 19.6, o anúncio traz ações vagas e amplas, tais como “estimular” a participação o que não demonstra um trabalho efetivo e claro sobre o tema. Espera-se que o PNE para o próximo decênio tenha assertivas mais diretas e determinantes acerca do projeto político-pedagógico e da gestão democrática.

 Apesar das limitações que a elaboração dos projetos políticos-pedagógicos apresenta, conforme vistos em Fernández (2015), afirma-se, na perspectiva deste estudo a necessidade de vigilar acerca dos projetos, para que signifiquem em documentos ativos e vivos nas escolas públicas, instrumentos de participação coletiva, de protagonismo dos sujeitos escolares e de democracia participativa.

Referências

BITTENCOURT, Bethânia. **Gestão democrática da educação e sua regulamentação no Brasil**: análises documentais para a construção de uma tipologia. 2023. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

BRASIL. **Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9394.htm. Acesso em mai. 2024.

\_\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\_03/\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: mai. 2024.

FERNÁNDEZ, Silvina Julia. Projeto político-pedagógico e cotidiano escolar: retrospectivas, deslocamentos e possibilidades. In: AMARAL, Daniela Patti (Org.) **Gestão escolar pública: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Fundação Vale, p. 41- 56 UNESCO, 2015.

LIMA, Licínio. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestionária? **Educ. Soc**., v. 15, n.129, p. 1067-1083, out.-dez. 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Educação Superior.** Projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus. 2004. 